

**AVISO**

**Processo n.º 40/02-02 (2012)**

Conforme o ponto 9.1.2 do Aviso de abertura do procedimento concursal comum, com vista ao recrutamento de trabalhadores, para contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, exclusivamente destinado a candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, para o preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Peniche para o ano de 2012, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 152, de 7 de agosto de 2012, Aviso n.º 10609/212, e em cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 9.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se pública, a Legislação necessária à preparação para a Prova de Conhecimentos Escrita, a qual, sendo de consulta não poderá conter qualquer anotação, nos seguintes termos:

**REF. A) – 2 (dois) Lugares na Carreira e Categoria de Técnico Superior (Ciências Sociais)**

**LEGISLAÇÃO GERAL:**

Constituição da República Portuguesa, com a redação dada pela lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto;

Despacho n.º 2074/11, de 27 de janeiro - Aprovação do Modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada para o Município de Peniche;

Lei n.º 159/99, de 14 setembro - Estabelece o Quadro de Transferência de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais;

Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro - Estabelece o Quadro de Competências, assim como o Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias;

Decreto-Lei n.º 442/91 de 15 de novembro, alterado pela Lei n.º 6/96 de 31 de janeiro - Código do Procedimento Administrativo;

Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro - Lei das Finanças Locais;

Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro - POCAL;

Lei n.º 98/97, de 26 de agosto - Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas;

Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro - Estabelece os Regimes de Vinculação, de Carreiras e das Remunerações dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas;

Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho - Estabelece os níveis da Tabela Remuneratória Única correspondente às posições remuneratórias das carreiras e categorias gerais;

Lei n.º 59/2008, de 11 setembro - Aprova o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas;

Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro - Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas.

Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto - Lei de acesso aos Documentos Administrativos;

Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 31/2008, de 17 de julho - Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e das Demais Entidades Públicas;

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto -Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril - Código da Contratação Pública;

Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro - Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais;

Lei n.º 29/87, de 30 de junho, alterada e republicada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro - Estatuto dos Eleitos Locais;

Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro e respetivas alterações - Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais;

Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março - Regime Jurídico do Saneamento Financeiro e do Reequilíbrio Financeiro Municipal;

Lei n.º 27/96, de 1 de agosto - Lei da Tutela Administrativa;

Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de março - Medidas de Modernização Administrativa;

Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro - Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

#### **LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:**

Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005 de 24 de março - Regulamenta a utilização das vias públicas para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;

Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio - Aprova o Código da Estrada;

Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro - Altera o Código da Estrada;

Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro - Transfere para as câmaras municipais competências dos governos civis;

Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro - Regula o regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de atividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis;

Aviso n.º 3991/2003 (2.ª série) - Regulamento sobre o licenciamento das atividades previstas nos Decretos-Leis n.ºs 264/2002, de 25 de novembro e 310/2002, de 18 de dezembro;

Portaria n.º 510/96 de 25 de setembro - Fixa as taxas devidas pelas vistorias, em conformidade com a classificação dos recintos.

Peniche, 08 de agosto de 2012

A Presidente do Júri - Dr.ª Margarida Pelerito Gonçalves.

*Margarida Pelerito Gonçalves*